

REDE SOCIOTÉCNICA NA GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO EXTENSIVA

Sociotechnical network in governance public policy: the context of extensive communication

Marcelo de Souza de Jesus¹
Elmira Luiza Melo Soares Simeão²
Wagner de Jesus Martins³

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar de que maneira as Redes Sociotécnicas contribuem com a Governança de Políticas Públicas. O estudo de Rede Sociotécnica vem adquirindo dimensões importantes para a compreensão da dinâmica de relacionamento e do entendimento do fluxo de informação, comunicação nos processos operacionais para a Governança. A compreensão da rede de relacionamento serve para o propósito do entendimento da influência da estrutura social informal sobre a estrutura formal na perspectiva de avaliar como as Redes Sociotécnicas contribuem com a governança nas políticas públicas. Por fim, discute-se o papel da governança no âmbito da teoria das redes sociais e a importância da participação na formulação de políticas públicas.

Palavras-Chave: Rede Sociotécnica. Governança. Políticas Públicas. Comunicação Extensiva. Animaverbivocovisualidade (AV3).

Abstract: This paper has as an objective to demonstrate how the Socialtechnical Networks contribute with the Public Policies Governance. The study of the Socialtechnical Network has acquired important dimensions to the comprehension of relationship dynamics and of understanding the flow of information, communication on operational processes for the Governance. The comprehension of the relationship network serves to the purpose of understanding of the informal social structure influence over the formal structure on the perspective to endorse how Socialtechnical Networks contribute to public policies governance. Lastly, the role of governance under the theory of social networks and the importance of participation in the designing of public policies are discussed.

Keywords: Socialtechnical Network. Governance. Public Policies. Extensive Communication. Animaverbivocovisuality (AV3).

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Administração pela Universidade de Brasília (UNB). Especialista em Inteligência do Futuro pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Especialização: Inteligência do Futuro - Universidade de Brasília – UNB. Analista de Informação da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília. E-mail: marcelo.jesus1977@gmail.com

² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2003). Mestrado em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí (1990). Atua na área de editoração, formação de acervos e competência informacional. Exerce, desde 2010, a direção da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, sendo membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UnB (CEPE), Conselho de Administração (CAD) e Conselho Superior da UnB (CONSUNI). É professora na Faculdade de Ciência da Informação, na graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Integra a comissão científica da Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (periódico internacional sob a responsabilidade editorial da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e Departamento de Documentación da Universidad Carlos III de Madrid - Espanha. Cooperar também na série Tempus e Tempus Actas. É parecerista em várias revistas da área de Ciência da Informação. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Publicações Eletrônicas e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: tecnologia da informação, editoração, comunicação, ciência da informação, informação e saúde, comunicação extensiva, competência em Informação e inclusão digital. É representante da Universidade de Brasília no convênio com a Universidad Complutense de Madrid (UCM), onde mantém contato com pesquisadores nos departamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação e Documentação da UCM. É líder do grupo de Pesquisa Competência Informacional certificado pelo Conselho Nacional de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia(MCT). E-mail: elmira@unb.br

³ Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (2013), possui graduação em CIÊNCIA ECONÔMICA pela Sociedade Universitária Augusto Motta (1988) e mestrado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (2003). Atualmente é analista de gestão em saúde da Fundação Oswaldo Cruz -Brasília, onde foi Diretor de Planejamento Estratégico. Também exerceu a função de diretor de programa - planejamento e gestão - Secretária de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde do Brasil. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento estratégico, integração regional, planejamento regional, modelo de gestão e planejamento em saúde, perspectiva estratégica, análise de redes sociais, política de Ciência, Tecnologia e Inovação. Coordena a Rede Brasileira de Prospectiva. E-mail: wagnermartins@fiocruz.br

Nos últimos anos, a elaboração de políticas públicas no Brasil tem se apoiado em Redes Sociotécnicas para promoção do desenvolvimento territorial e social. Estas redes são híbridas porque qualquer cidadão – indivíduo comum, e/ou especialista em determinado tema – com intuito de participar das decisões políticas, técnicas e mesmo especializadas pode se manifestar. Dessa forma, os cidadãos podem se incorporar aos sistemas deliberativos, produzindo informações diferenciadas; e, como resultado, sai fortalecida a relação cidadão-Estado.

A “Era da Informação” segundo o futurólogo Masuda (1982) constitui o novo momento histórico em que a base de todas as relações se estabelece por meio do uso das informações e da sua capacidade de geração de conhecimentos em rede. Para Castells (2002) a Sociedade em Rede é o fenômeno presente no nosso dia-a-dia, por meio das interações de pessoa a pessoa, seja ela formal, seja informal. A sociedade em rede também é observada por Lévy (1999) pelo viés da “cibercultura”, ou seja, o espaço de interações propiciado pela realidade virtual, criada a partir de uma cultura informática.

As redes, num sentido amplo, são ao mesmo tempo imaginadas, traçadas e descritas com diferentes perspectivas. Elas são ao mesmo tempo reais e geram discursos no espaço coletivo, assim, para falarmos em Redes Sociotécnicas nesta concepção, será preciso apresentar os fundamentos que sustentam tal abordagem.

A teoria de redes sociais (CASTELLS, 2002; LÉVY, 1999; MARTINS, 2013; LATOUR, 1994) permite conhecer e analisar os elementos e atores que interagem no processo de formulação de políticas públicas, assim como as relações que emergem dessa interação. Nessa rede há informações relevantes para o planejamento e implementação de estratégias destinadas ao fortalecimento da participação e da ação coletiva entre os diferentes atores envolvidos.

A tarefa à qual nos deparamos na comunicação extensiva, no entanto é a de obter a capacidade de tratar e disponibilizar a informação em rede que venha a atender à necessidade informacional coletiva. O presente artigo tem como objetivo demonstrar na Teoria de que maneira as Redes Sociotécnicas contribuem com a Governança de Políticas Públicas, onde a comunicação híbrida se insere no contexto de rede, ou seja, as interconexões entre indivíduos, seus agrupamentos e comunicação merecem a devida ênfase, para se compreender a inserção social.

2 REDES SOCIOTÉCNICAS

As redes são constituídas de pessoas, pois elas é que são capazes de conectar e criar vínculos entre si, e isto não ocorre do mesmo modo com as instituições. A topologia, a qualidade e intensidade destas ligações são os principais fatores de acoplamento entre cada ator e a rede como um todo, na consecução dos objetivos individuais e do grupo e no exercício de poder (HANNEMAN, 2005).

As interconexões entre indivíduos, seus agrupamentos e comunicação merecem a devida ênfase para se compreender a inserção social e a distribuição do poder ao atuar nesta trama⁴. Cada indivíduo estabelece vínculos com outros e a intersecção de seus interesses permite identificá-los não apenas como parte de um grupo, mas sim como de uma rede social (CASTELLS, 2002).

Estruturas interconexas e dinâmicas, as redes se estabelecem normalmente por relações mais horizontais, por afinidade ou interesse, que supõem o trabalho colaborativo e participativo. Essas relações se sustentam pela vontade e afinidade dos indivíduos, caracterizando-se como um significativo recurso de desenvolvimento, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social (JESUS [et. al.], 2013). Nesse contexto pensar e agir em rede são desafiantes, provocam, entre outras coisas, o questionamento de nossas matrizes de aprendizagem, convidando-nos a aprender algo novo, ou seja, a mudar (SCHLITTLER, 2005).

As conexões, assim como as informações, podem ser potencializadas nas redes. O desenvolvimento das ciências e das técnicas não pode ser compreendido senão a partir da reconstrução do

⁴ Cooperação, cruzamento, plano e predeterminação.

contexto social do qual fazem parte e, nesse sentido, a teoria das Redes Sociotécnicas é uma ferramenta importante por incorporar o mundo das técnicas e o mundo dos agentes em sua análise. O termo rede enquanto um conjunto de relações entre pontos e nós e com certa independência relativa é usado no sentido de apontar para os recursos que são concentrados em alguns lugares, os nódulos, e que estão ligados a outros, os elos, incorporando, portanto, a noção de poder (MARTINS, 2013).

Falar em Redes Sociotécnicas implica, logo de início, em assumir que estamos frente a uma perspectiva teórico-metodológica em sintonia com a técnica presente no campo das Ciências Sociais. Para Martins (2013), a interação entre o saber científico e o saber social configura-se também como uma Rede Sociotécnica, que é uma comunidade formada por especialistas em determinado tema e indivíduos não especialistas da sociedade que estão em relações sociais, conectados por compromissos de cumprir uma tarefa.

A Rede Sociotécnica pode ser vista como o coletivo híbrido (LATOUR, 1994) constituído por indivíduos que representam instituições em suas funções técnicas e outros atores/indivíduos sem qualquer representação institucional e sim como participação individual-cidadã, e tem espaço garantido, pode ser entendida também como “instrumento de análise vocacionado para compreender o processo de construção de uma inovação e não o modo de produção da ciência” (OLIVEIRA, 2008, p. 64).

A Rede Sociotécnica é transdisciplinar, na medida em que a produção, reprodução e difusão de conhecimentos são heterogêneas, mas amplamente acessíveis aos seus integrantes. Suas tênues fronteiras fazem convergir uma multiplicidade de competências e experiências complexas (SILVA, 2003). Em sendo relacional, é também estruturalmente condicionada, na medida em que é constituída por indivíduos ou grupos socialmente posicionados. As interconexões entre indivíduos, seus agrupamentos e comunicação merecem a devida ênfase, para se compreender a inserção social e a distribuição do poder – ao atuar nesta trama, cada indivíduo estabelece vínculos com outros, e a intersecção de seus interesses é amálgama suficiente para identificá-los não apenas como grupos, mas sim como uma rede social (CASTELLS, 2002).

As redes permitem conhecer e analisar os elementos e atores que interagem no processo de formulação de governança de políticas públicas. Sendo assim, observar e participar de como as relações que emergem dessa interação, oferece informações relevantes para o planejamento e implementação de estratégias destinadas ao fortalecimento da participação e da ação coletiva entre os diferentes agentes envolvidos. Essa abordagem proporciona compreender como as estruturas sociais e os padrões de relações podem influenciar no processo, e direcionar os resultados obtidos à formulação de políticas para a sociedade.

3 A GOVERNANÇA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A expressão governança surgiu em 1992, a partir das teorias do Banco Mundial, tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente (DINIZ, 1995, p. 400). Governança é definida como exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo; é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento; implicando ainda a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e de cumprir funções (DINIZ, 1995).

Muitas vezes, o termo governança se confunde com governo, no entanto governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, e governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Outro ponto para definição de governança é: **Governo** é um substantivo. **Governar** significa deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas (NOGUEIRA, 2001, p. 99).

Nesta perspectiva de entendimento de governança, as políticas públicas devem atender, em princípio, dois objetivos essenciais: resolver realmente problemas sociais e serem instrumentos de controle popular. As Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público. Na literatura há vários conceitos, os mais comuns se referem ao conjunto de ações: Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos e que tem a capacidade de influenciar a vida dos cidadãos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades do governo, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. A participação social é entendida como um processo que resulta da ação intencionada de indivíduos e grupos que procuram metas específicas, em função de interesses diversos, em um contexto de tramas concretas de relações sociais e de poder (VELÁZQUEZ; GONZÁLEZ, 2003). A participação é parte integrante da realidade social na qual as relações ainda não estão cristalizadas em estruturas (MILANI, 2007). Sua ação é relacional e é construída na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (MARTINS, 2013).

A participação social é algo fundamental para o êxito de uma gestão pública eficiente. Muitos gestores não são bem aceitos pela população local, apesar de terem realizado uma boa gestão porque não souberam informar à sociedade o que estava sendo feito e porque estava sendo feito. Neste contexto Fleury (2005) destaca:

A perspectiva societária privilegia-se a visão das redes como processos mobilizatórios que geram conexões solidárias, na perspectiva que privilegia a gestão das redes intergovernamentais e interorganizacionais, reconhece-se que a complexificação do sistema intergovernamental significou um aumento das inter-relações em todos os níveis de governo e da sociedade, alterando o modelo de gestão das políticas públicas (FLEURY, 2005, p. 80).

Este modelo de governar em rede pode ser tratado como uma nova estratégia de governança. As informações e a comunicação na rede servem de base para o desenvolvimento das políticas públicas e de meio de aproximar a sociedade das políticas. Essas relações em rede se dão no contexto que Simeão (2006) denomina comunicação extensiva, destacando o fato de que toda essa diversidade de possibilidades e mecanismos de comunicação rompe com os modelos tradicionais de interação e comunicação.

Nas relações entre os diversos atores participantes numa rede é possível estimular e orientar o processo de formulação de políticas públicas. Fleury e Ouverney (2007) acrescentam que a proliferação de redes de gestão é explicada por uma diversidade de variáveis que atuam de forma sinérgica, conformando uma nova realidade administrativa. Essas transformações no processo comunicativo é um fenômeno da comunicação extensiva conforme Simeão (2006):

É a interação de emissores e receptores com uma lógica hipertextual. Pontual e objetiva em suas metas, mas efêmera e híbrida, sem estoques e em constante mutação [...]. É também uma comunicação transitória, uma rede de conexões renunciando o fim das hierarquias e o início de uma ordem informacional que tem como autoridade o espaço livre da negociação e o senso comum (SIMEÃO, 2006, p. 56).

A partir da síntese conceitual produzida, o fenômeno rede vem se destacando à perspectiva do mundo informacional. Por ter um viés de conhecimento técnico, ou seja, um ator especialista em determinado assunto ou representante de instituições, comunidades etc., a Rede Sociotécnica pode ser compreendida como cadeias de tradução do conhecimento, onde se mobilizam outras duas entidades os intermediários e os mediadores da informação (CUEVAS-CERVERÓ; MARQUES; SIMEÃO, 2015).

Miranda e Simeão (2014) tratam este novo aspecto de comunicação e cooperação como o fenômeno ANIMAVERBIVOCOVISUALIDADE (AV3), onde a criação abre mais espaços para a colaboração de ideias e passa a ser multivocal:

Criado por várias pessoas presencialmente ou por meios eletrônicos de comunicação - ou seja, pela interatividade; pode ser ubíquo (a ubiquidade propiciada pela internet), e podem estar associados a outros registros por meio de links (hipertextualidade). Também podem ser atualizados e transformados sempre que o (s) autor (es) considerar (em) conveniente, vale dizer, recorrendo à hiperatualização (MIRANDA; SIMEÃO, 2014, p. 53).

A relação dada pela transferência de informação é determinante para o funcionamento adequado da rede e sua manutenção e atualização. Miranda (2003) destaca que:

A questão da informatização da sociedade, nos tempos atuais, se coloca de forma ostensiva para as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. A automação de dados e a sua aplicação na indústria e nos serviços vêm transformando, irreversivelmente, as relações de produção do mercado internacional, e afetando em escala crescente, o conceito de dependência entre os Estados modernos. A informatização, através de seu conteúdo tecnológico revolucionário, instaurou um processo de reorganização da economia e da estrutura social, de consequências ainda não claramente previsíveis (MIRANDA, 2003, p. 19).

É importante destacar que o AV3 é uma nova linguagem integradora de sentidos que surge no horizonte da comunicação individual e coletiva, que se revela nas ações de cada um de seus atores e se apresenta a partir das ações de produção do coletivo, ou seja, em rede. Por ser uma linguagem ubíqua, que também significa que o registro passa a estar disponível em qualquer lugar, o que transforma a disponibilidade documental, ou seja, o registro do conhecimento armazenado em recurso virtual, mas acessível de qualquer lugar. Como agora já dispomos de meios móveis de acesso - smartphones, tablets, etc. – auxiliando a mobilidade desses meios de comunicação. (MIRANDA; SIMEÃO, 2014, p. 53).

O cenário exposto pelo AV3 perpassa comunicação extensiva, cooperação de ideias e passa a ser multivocal criado por várias pessoas presencialmente ou por meios eletrônicos de comunicação - ou seja, pela interatividade. O acesso e a capacidade de articular e organizar a informação no mundo digital sofrem os mesmos constrangimentos do mundo real. Em ambos os mundo a exclusão se apresenta em diferentes possibilidades como: informacional, social, econômica, cultural, política, racial, gênero etc.

Em sendo relacional na medida em que é exercido por indivíduos ou grupos socialmente posicionados, é possível acordar pensamentos em comum para o desenvolvimento de políticas públicas. Fenômeno organizacional que além de incluir atores autônomos, interdependência e padrões estáveis de relacionamento, possui ações planejadas estrategicamente e com metas acordadas coletivamente. (FLEURY, OUVÉNEY, 2007). É, portanto, não apenas o meio em que se expressam as relações de poder, mas também instrumental de construção de um projeto coletivo. Dessa forma a comunicação em AV3 torna-se o módulo para quase todas as formas de produção dos documentos que se imbricam no espaço comum de uma rede global integrando som, imagens e textos (MIRANDA; SIMEÃO, 2014, p. 54).

Capurro e Hjørland (2007, p.149) consideram que “[...] o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é sua natureza digital”. Dentro da mesma lógica da rede, essa congregação forma uma nova cultura que Lévy denomina de cultura do ciberespaço, ou cibercultura:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de

atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17).

Este hibridismo de comunicação faz as interações se destacarem nas redes onde os atores assumem posturas na sistematização de argumentações e ideias para a governança. As redes de políticas são concebidas como uma forma particular de governança dos sistemas políticos modernos, centrando-se na estrutura e processos através dos quais as políticas públicas se organizam (FLEURY, 2005).

Nesse processo de comunicação extensiva na formulação de políticas públicas as Redes Sociotécnicas representam a inovação. A participação social significa o processo resultante do empenho e engajamento das organizações coletivas em um espaço público seja ele virtual ou presencial. A quebra de paradigmas traz à tona um modelo de gestão sistêmico, estratégico e comunicativo que contempla um fluxo inteligente de informações estratégicas (situação do presente e antecipatório do futuro), que gera a possibilidade de redução da diferença entre os indivíduos e ao mesmo tempo contribui para capacitar os atores públicos e os da sociedade civil em relação às negociações dos códigos técnicos (MARTINS, 2013).

Esse processo contemporâneo de alargamento da democracia por que passam as sociedades democráticas mais avançadas não ocorre apenas por meio da integração da democracia representativa (eleição de agentes políticos representantes dos interesses da coletividade) com mecanismos da democracia direta (referendo, plebiscito, ação popular etc.) mas, principalmente, mediante a extensão da democratização, entendida como instituição e exercício de procedimentos que possibilitam a participação nas deliberações de uma coletividade, a agentes diferentes daqueles propriamente políticos. Conjuntura de rede de políticas públicas pode ser entendida como as interações das diferentes instituições e grupos para tomada de decisão na implementação das necessidades reais da sociais considerado relevante no âmbito da análise da governança (SCHNEIDER, 2005).

A partir de um levantamento sobre vários estudos empíricos realizados sobre redes de políticas públicas nos EUA e na Europa, há cinco características distintas associadas ao conceito de redes. São elas:

1. O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores.
2. Na formulação e implementação de políticas públicas, além de muitos atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas.
3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, por meio dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas.
4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferenças de poder e influência.
5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político-institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica) (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

A análise do processo de tomada de decisão estratégica direcionada ao desenvolvimento econômico e à necessidade da participação social gera novos conhecimentos:

O cenário elaborado indica a possibilidade de uma visão mercantilista tornar-se hegemônica. Para evitar que isso venha a ocorrer é fundamental o empoderamento social para a formação de um capital social capaz de adequar essas políticas públicas (MARTINS, 2013 p. 183).

A participação social na gestão de políticas públicas no âmbito da democracia representativa é o que permite a comunicação na possibilidade máxima da relação todos-todos. (MENDONÇA, 2007). A participação no âmbito virtual poderá levar à redistribuição do poder e também com exercício de um

direito no contexto mais amplo da cidadania (CASTELLS, 2002). Nessa perspectiva, os próprios movimentos sociais das sociedades complexas são vistos como redes envolvidas de grupos, circuitos de solidariedade, que diferem profundamente da imagem de um ator politicamente organizado (FLEURY, 2005, p. 80).

A participação em Rede Sociotécnica, a cooperação, as parcerias e a adoção de redes de comunicação possibilitam essa interação de comunicação e conhecimento. A complexidade do fenômeno de rede de políticas pode ser espelhada nas diferentes dicotomias (paradoxos) envolvidas (LOIOLA E MOURA APUD FLEURY, 1996, p. 58): “organizações/indivíduos; igualdade/diversidade; cooperação/competição, solidariedade/conflito; transitoriedade/permanência construção/desconstrução – entre outros aspectos da rede”.

As redes de política são entendidas como “um modelo de representação de grupos de interesse com uma influência significativa nos resultados da política pública” (MARSH, 1998, p. 7). Por meio de rede reconhece-se a importância e utilidade das relações, sem esquecer que as mudanças são dependentes dos atores e do contexto. A diversidade de atores participantes, assim como seu envolvimento e grau de influência, evidenciam o interesse, os recursos e os acordos que existem por trás de um determinado problema de política. Falar de política pública significa falar em processos participativos, decisões e resultados (LINDBLOM, 1991).

Estes participantes da rede de política na perspectiva metodológica da Teoria Ator-Rede para pesquisar o social produzem um deslocamento da solução tradicional de representação política (LATOURET, 2012). Como sugere Latour (2012), de modo tradicional, o social remete a uma espécie de contexto – contexto social, dimensão social, ordem social, prática social, ou estrutura social. Para que haja uma expectativa da sociedade é necessário um debate junto à população e suas reais necessidades.

Para Latour (2012) o social é entendido como movimento de conexões e articulações. A proposta é reconhecer que a do social é útil quando buscamos compreender os elementos já aceitos na esfera coletiva. A Teoria Ator-Rede surge nesse contexto da necessidade em vincular a teoria social a estudos de tecnologia. Segundo essa teoria, precisamos perceber as amarrações existentes entre humanos e não humanos (interesses, estratégias, projetos, problemas, organizações, recursos etc.), homens e objetos são vistos aqui como igualmente capazes de gerar significados. O entendimento de redes está relacionado a ideia de que existem várias conexões que nos unem, sem necessariamente formar uma unidade, mas sim um processo contínuo de associações. O termo Ator-Rede é puramente conceitual, significando que sempre que se definir uma entidade (um agente, um atuante, um ator) será necessário associá-la a seus atributos, ou seja, à sua rede, um movimento peculiar de reassociações e reagregação (LATOURET, 2012).

A Teoria Ator-Rede postula ainda que definir ou ordenar o social é tarefa dos próprios atores que priorizar a compreensão da ordem, buscar perceber as conexões. É como se disséssemos os atores: “não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham os seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram” (LATOURET, 2012 p. 44).

Nesse processo de elaboração de política pública a participação dos atores é denominada democracia participativa. O ator desta rede pode estar enfatizado no processo de deliberação, pelos quais ele participa do discurso, nos temas políticos, econômico, cultural, social e entre outros. A participação permite o surgimento de identidades e discursos que definirão as estratégias e motivações dos atores, na governança e no desenvolvimento das políticas públicas (MARSH, 1998). Borja (1997), o atual momento histórico é marcado, dentre outros fatores, por uma maior “descentralização política, pela revalorização das esferas e identidades locais ou regionais e pela multiplicação de demandas sociais heterogêneas que não são satisfeitas por respostas estatais” (BORJA 1997, p. 98).

Tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes na interação entre fato, poder e discurso. Desta forma a interação trabalha em prol de objetivos comuns (jogo social). O conceito de rede ganhou relevância significativa no âmbito das políticas públicas nos últimos anos, tanto como fenômeno empírico e estratégia, um novo potencial de mudança social, inclusive no sentido de uma possível maior autonomia

e capacidade de ação na busca de um desenvolvimento mais sustentável. Para Fleury (2002b, p. 223) são “estruturas multicêntricas que compreendem diferentes atores, organizações ou nós, ligados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada”. A sociedade se expressa nessa rede de comunicação extensiva que identificam um conjunto de relações relativamente estáveis e continuadas, que mobiliza e agrupa recursos, de modo que a ação coletiva possa se organizar na direção da solução compartilhada e interinstitucional de uma política pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de tal discussão reside na possibilidade de contribuir com o aprimoramento da eficiência, eficácia e efetividade das ações de comunicação em rede no desenvolvimento social. A informação e comunicação se torna instrumentos fundamentais na promoção da qualidade de vida, pois potencializam atuações e garantias de políticas públicas necessárias num processo democrático.

Reconhecer a necessidade de orientar a comunicação em rede de políticas pode ser o primeiro caminho na identificação para uma gestão eficiente e participativa. Nesse sentido, a Rede Sociotécnica proporciona uma visão do social que é intrínseca à noção de participação, tendo em vista que participar, implica, necessariamente, o estabelecimento de vínculos sociais entre atores. (VILLASANTE e MARTÍ, 2006). Novos arranjos institucionais relativos à prática de gestão estão sendo propostos no que se refere mais particularmente às políticas sociais. Aqui a rede está sendo vista como “a solução adequada para administrar políticas e projetos onde recursos são escassos, os problemas são complexos, e existem muitos atores interessados” (FLEURY, 2002b, p. 224).

Além disso, explora-se o conceito de comunicação extensiva em que a rede de políticas públicas é o canal para governança que aborda a interação híbrida, em que defende a necessidade de considerar as estruturas sociais e os padrões de interação entre os atores para favorecer governança. Essa interação entre os saberes tem potencial para suscitar um ambiente favorável e adequado ao conhecimento das necessidades sociais, sendo ao mesmo tempo indutoras do desenvolvimento (MARTINS, 2013).

Participar ou não de uma Rede Sociotécnica é uma decisão de cada ator, pois com suas dinâmicas influenciam diferentes processos pois sua dinâmica linguagem AV3 promove articulação de comunicação entre as várias ramificações da rede estabelecida no desenvolvimento de políticas públicas. Depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis de provocar e construir mudanças. Por isso, participar vai além da consulta, abrindo novas possibilidades de voz, onde os atores sejam incorporados aos sistemas deliberativos e, como resultado, seja fortalecida a relação à Governança. A população, neste contexto, deixa de ser vista como uma mera receptora de políticas públicas, passando a ocupar, cada vez mais, um papel privilegiado no que se refere a sua aceção como uma importante fonte de informações, ao mesmo tempo em que passa a ser vista como um relevante ator em prol da consolidação de políticas públicas que visem o seu bem-estar social.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Brasília (UNB) pelo apoio da pesquisa e desenvolvimento do tema proposto.

REFERÊNCIAS

- BORJA, J. Planejamento urbano. In: FISCHER, T etalii (orgs.). *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1997.
- CUEVAS-CERVERÓ, A.; MARQUES, M.; SIMEÃO, E. *Mediação e Ação Comunicativa: conformando nuvens e formando competências para a mediação nas Redes Sociais Virtualizadas (RSV)*. 2015.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, abr. 2007.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. 6. edição. Editora Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 2002.
- DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.
- FLEURY, S. El desafío da la gestión de las redes de políticas. *Revista Instituciones y Desarrollo*, n.12-13, 2002b, p. 221-247. InstitutInternacional de Governabilidad de Catalunya, Barcelona, España.
- FLEURY, S. *Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública*. Administração em Diálogo, São Paulo, no 7, 2005, p. 77-89.
- FLEURY, S; OUVENEY, A. M. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- HANNEMAN, R. A.; MARK R. *Introdução aos métodos de redes sociais Riverside, CA: University of California, Riverside* (publicado em formato digital no <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>) 2005. Acesso em 10 de mar. 2014
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Governança Corporativa*. Disponível no site: <http://www.ibgc.org.br>.
- JESUS, M., SAMPAIO, R. B.; LOPES, M. S. C.; MARTINS, W. J. *Análise de redes sociotécnica: o comportamento social em um grupo de e-mails*. Anais do II Congresso Brasileiro de política, planejamento e gestão em saúde. Belo Horizonte, 2013.
- LATOUR, B. On Recalling TAR. In: HASSARD, John; LAW, John (eds.). *Actor-network-theory and after*. Oxford: Blackwell, 1999a, p. 15-25.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Crise, 1.ed, editora 34, 1994, 152p, trad. Carlos Irineu da Costa.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

- LINDBLOM, C. E. *El Proceso de Elaboración de Políticas Públicas*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.
- LYNN, L. E. *Designing Public Policy: a Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.
- MARSH, D. *The development of the policy network approach*. In: MARSH, D. (Org.). *Comparing Policy Networks*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- MARTINS, W. *Gestão estratégica das redes cooperativas de ciência, tecnologia e inovação em saúde: um modelo para o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade do SUS*. ENSP. Rio de Janeiro. 2013.
- MASUDA, Y. *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.
- MENDONÇA, Valéria. *Os processos de comunicação e o modelo todos-todos: uma relação possível com o Programa de Saúde da Família*. Brasília: CID/UNB; NESP, 2007. 48 p. (Série Tempus).
- MIRANDA, A. L. C. *Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*. Brasília: Thesaurus, 2003.
- MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. *Da Comunicação Extensiva ao hibridismo da Animaverbivocovisualidade (AV3)*. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v. 24, nº 3, p. 49-62, set./dez. 2014.
- PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- SIMEÃO, E. *Comunicação extensiva e informação em rede*. Editado pelo Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2006.
- SCHNEIDER, V. *Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.
- VILLASANTE, T. R.; MARTÍ, J. *Presentación del monográfico “Participación y Análisis de Redes”*. REDES. Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, v. 11, n. 1, p. 1-5, 2000.

Recebido em: 14-05-2015

Aceito em: 07-01-2016